

ESPAÇO PEDAGÓGICO

EDITORIAL

O campo da educação vem se tornando, cada vez mais, objeto de disputas envolvendo diferentes agentes com projetos e interesses distintos, muitos dos quais alheios à própria educação. A construção de direitos, dentre os quais o da Educação, é resultante de intensas disputas históricas no Brasil, desde a década de 1920. Os direitos sociais conquistados, desde então, estão hoje ameaçados de múltiplas formas. A crescente corrosão do conceito de público no âmbito da educação decorre da intervenção de inúmeros agentes. São instituições privadas com interesses estritamente mercantis que adentram o campo das políticas educacionais; são organizações privadas que intervêm em redes de educação, alterando substancialmente a perspectiva pública em favor de um ensino instrumentalizado; são discursos gerencialistas oriundos de agências multilaterais como o Banco Mundial, a OCDE e o FMI que simplificam processos pedagógicos complexos por fórmulas instrucionais.

Nesse contexto, proposições neoliberais ou ultraliberais obtêm destaque e conquistam espaços de gestão em todos os âmbitos. Discursos de privatização em larga escala ganham, nesse cenário, centralidade. O esfacelamento de políticas educacionais emancipadoras é uma tendência real nesse cenário. Os sistemáticos combates à educação crítica no Brasil atual e as sistemáticas desqualificações de educadores, dentre os quais Paulo Freire, são sintomáticas e expressam o avanço de projetos educativos reacionários que almejam a destituição das parcas conquistas obtidas nas últimas décadas. Afronta-se, assim, a perspectiva prevista na Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 205, que enseja a contribuição da educação para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Essas três dimensões estão sendo substituídas,

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v27i1.10570>

progressivamente, por demandas imediatas do mercado de trabalho que deseja um sujeito apassivado e serviçal.

A educação brasileira vive, portanto, uma tensão entre duas perspectivas distintas: uma republicana e outra privatista e mercadológica. Princípios republicanos de uma educação pública, gratuita e laica amplamente discutidos desde a década de 1920 pelos Pioneiros da Escola Nova são, progressivamente, desconstituídos. Em contraposição a esses princípios republicanos, propostas fundamentalistas ganham notoriedade. Fortalecem-se grupos empresariais interessados no investimento em educação que defendem um Estado mínimo quando se trata de políticas públicas. Institutos privados proliferam, passando a atuar em assessorias a redes públicas de educação e assumem protagonismo no âmbito de políticas educacionais, mesmo não tendo trajetórias e experiências históricas em educação formal. Com base em discursos gerencialistas, defendem projetos e propostas educacionais sem os pressupostos políticos e pedagógicos imprescindíveis para uma educação emancipadora, humana e cidadã.

Nesse contexto, ocorrem inversões preocupantes: empresas privadas ganham a simpatia de gestores públicos e conquistam espaços cada vez mais significativos e, em contrapartida, instituições educacionais com trajetórias consolidadas cuja natureza é a própria educação, são desqualificadas. Esse quadro produz, entre educadores, uma sensação de impotência para fazer frente aos complexos processos socioculturais, políticos e educacionais da sociedade, vivenciados cotidianamente nas escolas.

Colocar em pauta o tema da privatização da educação constitui-se, portanto, num compromisso fundamental de educadores comprometidos com o caráter republicano da educação. A Revista Espaço Pedagógico insere-se nesse processo de discussão. Para tanto, conta com a contribuição de pesquisadores de diferentes instituições, do Brasil e do exterior para qualificar esse debate.

Os três primeiros artigos do dossiê trazem o olhar estrangeiro de autores que, desde a Argentina, México e Portugal, investigam os avanços da privatização da educação. No primeiro artigo, Estela Maria Miranda aborda *La política educativa como negocio. Ajuste presupuestario, discurso meritocrático y el “davos” de la educación en Argentina (2015-2019)*. Em seguida, os autores mexicanos Jaime Moreles Vázquez e Sara Aliria Jiménez García, tratam da *Transversalidad y privatización de la educación en México a partir de dos casos*. A pesquisadora portuguesa Dora Maria Ramos Fonseca apresenta o artigo intitulado *A avaliação das organizações educativas e a regulação pelo discurso gestor*.

Autores brasileiros de diversas unidades da federação e de diferentes instituições acadêmicas e escolares também trazem sua contribuição ao tema. Valdelaíne da Rosa Mendes e Vera Maria Vidal Peroni, ambas da Universidade Federal de Pelotas/RS, subscrevem o artigo intitulado *Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira*. *Mídia impressa em educação: redes políticas e a nova filantropia em ação* é o artigo apresentado pelas pesquisadoras Quênia Renee Strasburg (Rede Municipal de Educação de São Leopoldo/RS) e Berenice Corsetti (Unisinos/RS). Os pesquisadores Altair Alberto Fávero (UPF/RS), Daniela de Oliveira Pires (UFPR/PR) e Evandro Consaltér (UPF/RS), assinam o artigo nomeado *Escola conveniada ou charter school? Uma abordagem sobre termo de colaboração entre prefeitura e o terceiro setor para oferta da educação básica em Porto Alegre*. O artigo intitulado *O lugar das práticas curriculares diante do avanço da lógica privada sobre o setor público: o Emiti em Santa Catarina* é apresentado pelas pesquisadoras Berenice Rocha Zabbot Garcia e Jane Mery Richter Voigt, ambas da Universidade da Região de Joinville (Univille/SC). É de autoria de Gregório Durlo Grisa, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e Célia Elizabete Caregnato, professora associada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), o artigo denominado *Democratização da educação superior: nexos entre a afirmação da excelência e o desafio do reconhecimento*. Fechando o dossiê temos o artigo *Direito à educação: da conquista ao reconhecimento*, subscrito por Nilda Stecanela, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), e Caroline Caldas Lemons, professora da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul.

Na seção de artigos de fluxo contínuo contamos com a contribuição de Marielandi Maria Mascarello Vieira (Unochapecó/SC), Maria Cristina Pansera de Araújo (Unijuí/RS) e Josimar de Aparecido Vieira (IFRS, *campus* Sertão), no artigo intitulado *Práticas formativas na educação profissional: a emergência de uma didática específica?*

Abordando *A concepção de passado de crianças no 5º ano*, temos o artigo de Maria Cristina Dantas Pina (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) e Nallyne Celene Neves Pereira (Rede básica de ensino do Estado da Bahia). Anderson Ferrari, Claudete Imaculada de Souza Gomes e Cláudio Magno Gomes Berto, todos vinculados à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG), tratam *A prática docente e as relações de gênero e sexualidades: conversando com professoras e professores*. Encerrando a seção de artigos de fluxo contínuo visualizamos o trabalho intitulado *A receptividade do pensamento de John Dewey no Brasil*, subscrito por Samuel Mendonça, pesquisador da Pontifícia Universidade de Campinas

(PUC-Campinas) e José Aguiar Nobre, vinculado ao Santuário Nossa Senhora de Lourdes (Curitiba/PR).

O Diálogo com Educadores traz a entrevista com o experiente pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professor Doutor Ângelo Ricardo de Souza. A entrevista foi mediada pelo organizador desta edição, Altair Alberto Fávero e pelo editor-chefe, Telmo Marcon, ambos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. A resenha é subscrita pelos pesquisadores da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Silmara Terezinha Freitas e Diego Palmeira Rodrigues, que se debruçam sobre o livro intitulado *Da universidade à commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado*, de autoria de Lucídio Bianchetti e Valdemar Sguissardi.

Ao encerrarmos este editorial, agradecemos aos autores pela qualificada participação, com a expectativa de que a interação entre autores e leitores promova potentes reflexões e fortaleça a luta em prol da educação pública e de qualidade.

Prof. Dr. Altair Alberto Fávero (Organizador)

Prof. Dr. Telmo Marcon (Editor-Chefe)